



Grupo Caixa Geral de Depósitos

2009

CGD PENSÕES S.G.F.P., S.A.

Relatório e Contas 2009

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS E AUDITORES.....	3
ESTRUTURA ACCIONISTA	3
MERCADO DE CAPITAIS.....	10
MERCADO IMOBILIÁRIO.....	14
MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES	15
ACTIVIDADE DA CGD PENSÕES	16
1. EVOLUÇÃO COMERCIAL	16
2. EVOLUÇÃO FINANCEIRA	16
3. MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO	17
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS.....	20

EM ANEXO:

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

ÓRGÃOS SOCIAIS E AUDITORES

Assembleia Geral

Presidente	Caixa Geral de Depósitos <i>representada pelo</i> Dr. José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
Vice-Presidente	Dr. Hernâni da Costa Loureiro
Secretário	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Conselho de Administração

Presidente	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito Faria
Vice-Presidente	Dr. Henrique Pereira Melo
Administrador	Dr. António Francisco de Araújo Pontes
Administrador	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Administrador	Dr. António Manuel Gutierrez Caseiro

Órgão de Fiscalização (Fiscal único)

Efectivo	Deloitte & Associados, SROC, SA, <i>representada pela</i> Dr.ª Maria Augusta Cardador Francisco
Suplente	Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

ESTRUTURA ACCIONISTA

A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A., através da sua participada Caixa Gestão de Activos, SGPS, SA é detentora da totalidade do capital social da CGD PENSÕES – SGFP, S.A.

RELATÓRIO DA GESTÃO

Internacional

No final de 2008 a disseminação dos efeitos da crise nos mercados financeiros à economia mundial fez-se sentir de forma bastante acentuada, o que conduziu a que o crescimento mundial do referido ano se fixasse em 3,1%.

O cenário de crise verificado no segundo semestre de 2008 prolongou-se pelo ano de 2009, designadamente durante o primeiro trimestre, não obstante as medidas concertadas tomadas pelos governos e bancos centrais. Nesse período assistiu-se a uma deterioração da conjuntura económica, caracterizada por decréscimos bastante significativos no investimento e no comércio internacional, que se reflectiu numa subida considerável da taxa de desemprego.

A partir do segundo trimestre de 2009 assistiu-se uma estabilização na economia mundial, dado que a grande maioria dos países apresentaram resultados menos negativos, tendo, inclusivamente, algumas nações, como o Japão, a Alemanha e a França, alcançado crescimentos trimestrais positivos.

INDICADORES ECONÓMICOS

	Taxas de variação (em %)					
	PIB ^(a)		Inflação		Desemprego	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
União Europeia	1,0	-4,0	3,7 ^(b)	1,0 ^(b)	7,0 ^(b)	9,1 ^(b)
Área do Euro	0,6	-3,9	3,3	0,2	7,5	9,4
Alemanha	1,2	-4,8	2,8	0,2	7,2	7,6
França	0,3	-2,3	3,2	0,1	7,4	9,1
Reino Unido	0,5	-4,8	3,6	2,1	5,7	8,0
Espanha	0,9	-3,6	4,1	-0,4	11,3	18,1
Itália	-1,0	-4,8	3,5	0,7	6,8	7,6
EUA	0,4	-2,5	3,8	-0,4	5,8	9,2
Japão	-1,2	-5,3	1,4	-1,2	4,0	5,2
Rússia	5,6	-9,0	14,1	11,7	n.d.	n.d.
China	9,6	8,7	5,9	-1,1	n.d.	n.d.
Índia	7,3	5,6	9,1	7,8	n.d.	n.d.
Brasil	5,1	-0,4	5,9	4,2	n.d.	n.d.

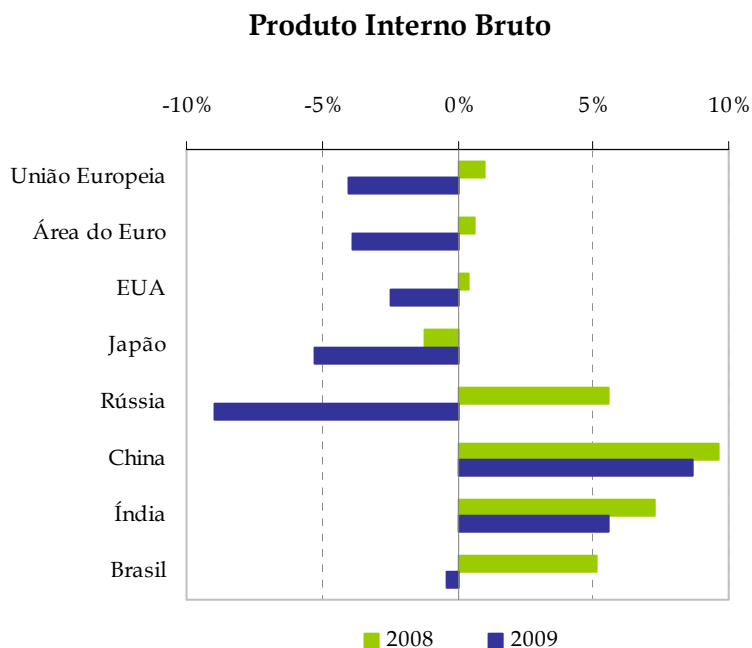
OECD: Economic Outlook - Novembro de 2009

(a) FMI: World Economic Outlook Update - Janeiro de 2010

(b) CE: European Economic Forecast - Novembro de 2009

Os indicadores positivos que foram sendo difundidos conduziram a constantes reavaliações em alta, por parte do FMI, do crescimento mundial, tendo esta Instituição divulgado, em 26 de Janeiro deste ano, o World Economic Outlook, que aponta para um decréscimo de 0,8% do produto, em 2009.

Embora em desaceleração, não deixa de ser assinalável o crescimento das economias emergentes, nomeadamente a China e a Índia, com taxas estimadas em 8,7% e 5,6%, respectivamente, constituindo-se como as principais dinamizadoras do crescimento económico mundial.



Nas economias mais avançadas, a intervenção das instituições monetárias internacionais e as medidas específicas tomadas pelos diversos governos tiveram um papel preponderante na estabilização dos mercados financeiros e da própria economia real que parece estar a verificar-se.

De modo a estimular o mercado interbancário e fomentar a concessão de crédito, a Reserva Federal norte-americana reduziu a sua taxa directora para um intervalo próximo de zero em Dezembro de 2008, enquanto que o BCE interveio por quatro vezes no presente exercício, fixando a taxa directora em 1% a 13 de Maio. Adicionalmente, estas instituições procederam ainda a injeções constantes de liquidez no mercado monetário através de leilões a taxas de juro reduzidas e por prazos alargados.

O papel dos governos merece igualmente uma referência. Assistiu-se à entrada dos Estados no capital das instituições em dificuldades, à compra de activos tóxicos e têm vindo a ser implementados um conjunto de projectos com vista a fomentar a actividade económica.

A intervenção de governos e bancos centrais foi de tal forma determinante que actualmente o debate está centrado na discussão da hipótese de a estabilização da actividade económica ser efectiva ou ser

apenas a uma reacção positiva, de natureza conjuntural, dos agentes económicos aos estímulos concedidos.

Interessa, no entanto, referir que a médio e longo prazo as ajudas estatais deverão ser progressivamente reduzidas, dado que, de acordo com um estudo publicado pela Comissão Europeia, a não contenção de custos conduzirá a um rácio da dívida pública de 120% do PIB em 2020 na Zona Euro.

Por outro lado, a margem para intervenção dos bancos centrais encontra-se algo limitada, dado que as taxas de juro estão já a níveis historicamente baixos.

Paralelamente, a nível da inflação, os últimos meses de 2009 reflectem uma tendência de crescimento. Em Julho o conjunto dos países da OCDE verificaram uma diminuição na taxa anual de inflação de 0,6%, devido em grande medida, ao efeito de base já que os preços se encontravam a níveis bastante elevados no período homólogo, com destaque para o preço do petróleo.

No entanto, o esbatimento do efeito base e o prolongamento dos empréstimos dos bancos centrais, a uma taxa reduzida, contribuíram para um aumento da taxa de inflação dos países da OCDE, tendo esta ficado situada em 0,5%.

A crise ainda está a ter repercussões na taxa de desemprego na generalidade das economias dado que, não obstante a melhoria dos indicadores de crescimento económico, se observa um aumento continuado do número de desempregados. Este aspecto constitui, porventura, o principal vector de preocupação sobre a sustentabilidade do crescimento económico verificado a partir do 2.º trimestre de 2009, pelo impacto directo que tem sobre o consumo privado e sobre os níveis e confiança dos agentes económicos.

União Europeia

Segundo dados do Eurostat, a Zona Euro apresentou um crescimento negativo do Produto Interno Bruto de 4%, em 2009.

De acordo com os dados divulgados pela Comissão Europeia a FBCF e as Exportações foram os principais responsáveis pelo decréscimo da actividade económica em 2009, com reduções de 11% e 13,2%, respectivamente, que se traduzirão numa contracção do PIB de 4%.

O nível de inflação na Zona Euro, medido pelo HIPC, apresentou uma taxa de variação média de 0,3% em 2009, face aos 3,3% verificados em 2008. Esta dinâmica está associada à diminuição do preço dos bens energéticos, bem como à desaceleração dos preços dos produtos alimentares.

Um motivo de preocupação para a recuperação económica prende-se com a elevada taxa de desemprego que atingiu um patamar de 9,9%, no final do ano. Apesar de se verificar uma recuperação gradual da economia europeia, os efeitos no nível de desemprego não se deverão sentir de imediato, em

função do desfasamento entre o aumento da procura e o seu reflexo na necessidade de mão-de-obra por parte das empresas.

INDICADORES ECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA E ÁREA DO EURO

	União Europeia		Taxas de variação (em %) Área do Euro	
	2008	2009	2008	2009
Produto Interno Bruto (PIB) ^(a)	1,0	-4,0	0,6	-3,9
Consumo privado	0,8	-1,7	0,4	-1,0
Consumo público	2,2	2,0	2,0	2,0
FBCF	-0,3	-11,4	-0,4	-10,7
Procura Interna	0,7	n.d.	0,6	n.d.
Exportações	1,6	-13,8	1,0	-14,2
Importações	1,4	-13,4	1,1	-12,5
Taxa de Inflação (IHPC)	3,7	1,0	3,3	0,3
Rácios				
Taxa de desemprego	7,0	9,1	7,5	9,5
Saldo do Sector Púb. Adm. (em % do PIB)	-2,0	-1,7	-1,1	-1,0

CE: European Economic Forecast - Novembro de 2009

(a) FMI: World Economic Outlook Update - Janeiro de 2010

Portugal

No quarto trimestre de 2009 a economia portuguesa não confirmou a tendência de recuperação iniciada no segundo trimestre do ano, evidenciando um decréscimo trimestral de 0,2%. Em termos homólogos reais, o PIB diminuiu 2,7%, o que representa apesar de tudo uma notória melhoria face ao verificado nos primeiros três meses do ano (-3,8%).

Esta performance esteve associada a um menor abrandamento da procura interna (-1,1% face a -2,0%, no trimestre anterior), apresentando a procura externa líquida um contributo positivo (0,2%).

Esta evolução é explicada pela diminuição mais acentuada das Importações face às Exportações. A dinâmica menos negativa da componente de Exportações de Bens no 4.º trimestre (-1,4% face a -9,8% no trimestre precedente), deve-se em grande medida à componente de Bens que, passou de uma variação homóloga de -10,1% no 3.º trimestre para -0,6%.

Desde a disseminação da crise nos mercados financeiros à economia real, o investimento tem evidenciado uma forte diminuição. De acordo com o INE este agregado verificou uma substancial melhoria ao obter apenas um decréscimo de 9,0% (variação homóloga) no quarto trimestre de 2009, que é explicada pela Formação Bruta de Capital Fixo em Material de Transporte.

INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

	(em %)		
	2007	2008	2009
PIB (Taxas de variação real)	1,8	0,0	-2,7
Consumo privado	1,6	1,7	-0,9
Consumo público	0,0	0,7	2,0
FBCF	2,7	-1,3	-11,7
Procura Interna	1,6	1,1	-2,9
Exportações	7,9	-0,5	-12,5
Importações	6,1	2,7	-10,8
Taxa de Inflação (IHPC)	2,4	2,7	-0,9
Rácios ^(a)			
Taxa de desemprego	8,0	7,6	9,5
Défice do SPA (em % do PIB) ^(a)	-2,6	-2,7	-9,3
Dívida Pública (em % do PIB) ^(a)	63,5	66,3	76,6

BP: Boletim Económico de Inverno - Janeiro de 2010

(a) OE: Orçamento de Estado para 2010 - Janeiro de 2010

Após uma taxa de variação homóloga de -37% no segundo trimestre de 2009, este agregado obteve um crescimento de 4,4% no último trimestre do ano. Esta evolução específica é parcialmente justificada pelo efeito de base em função do investimento efectuado no primeiro semestre de 2008 em material aeronáutico.

Para o exercício de 2009 o INE apurou uma redução do PIB de 2,7%, que se ficará a dever essencialmente à quebra de 12,6% na FBCF, bem como à diminuição em 11,6% das Exportações, e que deverá ser apenas parcialmente compensada pela redução das Importações (-9,2%). Esta dinâmica não pode ser dissociada do contexto internacional desfavorável verificado nos últimos dois anos.

Em primeiro lugar, a crise nos mercados financeiros que rapidamente se disseminou ao comércio internacional.

Seguidamente, face às restrições de liquidez, verificou-se uma maior restrição nas condições de acesso ao crédito, tanto pela maior exigência nos critérios de aprovação do mesmo, como pelo aumento dos prémios de risco, associados a um maior incumprimento por parte de particulares e empresas.

Estas duas dinâmicas tiveram ainda como consequência uma redução nos níveis de confiança dos agentes económicos, que induziram a um menor volume de consumo privado e investimento.

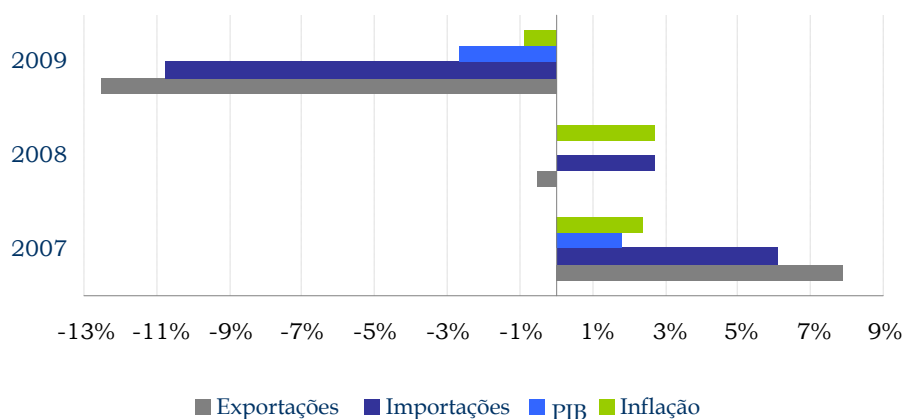
As medidas de política orçamental que foram implementadas pelo governo português em 2009 de modo a relançar a economia terão tido um relevante impacto nas contas públicas, tendo sido

antecipado no Orçamento de Estado que a dívida pública portuguesa atinja os 76,6% do PIB, face aos 66,3% verificados em 2008.

De acordo com o Orçamento de Estado, o défice orçamental também deverá ter sofrido um acréscimo de 2,7% para 9,3% em 2009.

Indicadores da Economia Portuguesa

Taxas de variação real



O mercado de trabalho está a ser seriamente afectado pela crise económica, repercutindo-se num aumento da taxa de desemprego, que atingiu os 10,1% no final de 2009. Não obstante o aumento verificado face a 2008 (7,8%), esta evolução beneficiou das medidas de política constantes na “Iniciativa Emprego 2009” que abarcam medidas de apoio ao emprego, estímulo à inserção de jovens e desempregados, a par de um reforço da protecção social.

Ao nível da inflação, a taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) a Dezembro situou-se em -0,1, fixando-se a variação média anual nos -0,9%. Este indicador encontra-se 1,2 pontos percentuais abaixo da Área Euro.

MERCADO DE CAPITAIS

Mercado Obrigacionista

Os mercados obrigacionistas governamentais registaram uma subida gradual de taxas de rendimento (*yields*) ao longo de 2009. Este movimento deveu-se à recuperação económica que se verificou a partir do final do primeiro trimestre, altura em que também se começou a assistir a uma inversão nas estimativas negativas de crescimento e de inflação, para os principais blocos económicos. No entanto, a magnitude da subida de *yields* não acompanhou a inversão de tais estimativas devido, não só, à manutenção das taxas directoras em níveis historicamente baixos, mas também como consequência das medidas não convencionais de política monetária, levadas a cabo pelos Bancos Centrais, ao longo de 2009. Desta forma, as *yields* das obrigações americanas, a 10 anos, encerraram o ano a 3.84%. Na Zona Euro e, apesar do nível mínimo histórico de *yields* alemãs do mesmo prazo ter sido atingido em Janeiro, o comportamento foi semelhante ao das taxas americanas, finalizando o ano nos 3.38%. Quanto às *yields* dos restantes emitentes da União Monetária, ainda que tendo encerrado 2009 acima do nível verificado em 2008, o último ano foi marcado por uma substancial redução do respectivo diferencial em relação à Alemanha. Em Portugal, as taxas de juro da dívida pública portuguesa a 10 anos subiram de 3.97% para 4.06%, no final do ano, tendo registado o valor máximo de 5.86% em Março.

Taxas de Juro das Obrigações a 10 anos

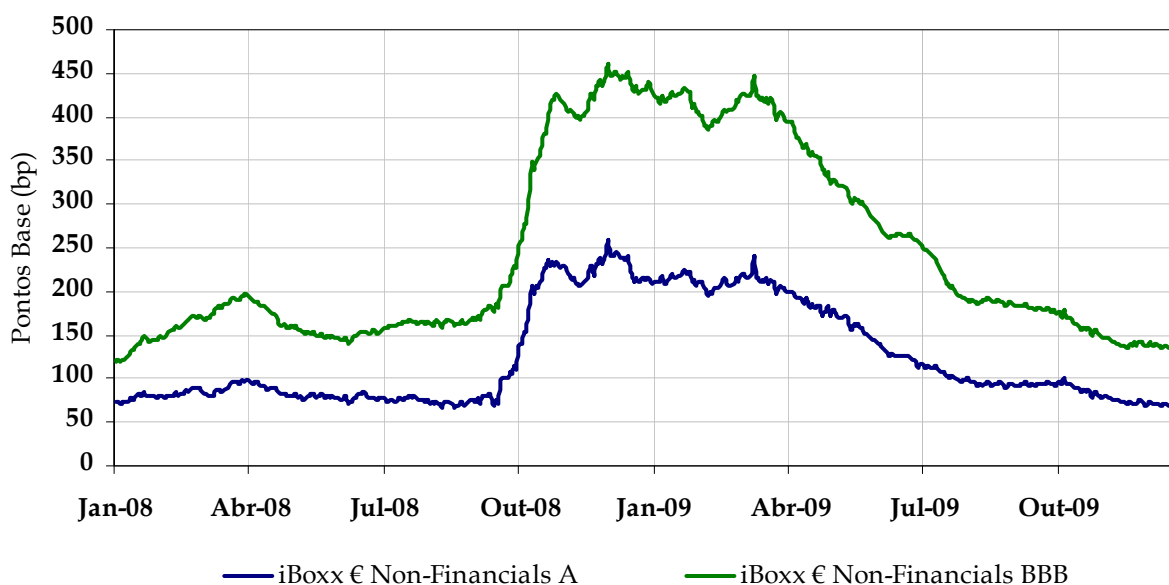
	2008	2009
EUA	2.21%	3.84%
Reino Unido	3.02%	4.01%
Japão	1.18%	1.30%
França	3.41%	3.59%
Alemanha	2.95%	3.38%
Espanha	3.81%	3.97%
Portugal	3.97%	4.06%

Valores no final do ano.

Já no que diz respeito aos *spreads* de obrigações com risco de crédito assistiu-se, depois dos níveis máximos atingidos em 2008, a um estreitamento substancial relativamente às taxas de juro sem risco durante o ano de 2009. Este movimento de estreitamento deu-se em duas fases: primeiro nos emitentes de melhor qualidade (com *ratings* mais elevados) e que inauguraram o mercado primário de

obrigações, com cupões atractivamente elevados e, numa segunda fase, nos emitentes com *ratings* mais baixos, de menor qualidade creditícia. Em Dezembro, a diferença entre os spreads das obrigações AAA e BBB fixou-se em níveis mínimos do ano. Este movimento, que traduz uma menor aversão ao risco por parte dos investidores, culminou em valorizações de cerca de 20% nos índices de obrigações de empresas.

Investment Grade Spreads



fonte: UBS Delta, Caixagest

Mercado Accionista

Os mercados accionistas, a nível global, acabaram por registar uma tendência positiva no último ano. Depois das quedas ainda verificadas nos dois primeiros meses de 2009, em virtude da conjuntura económica negativa e dos desequilíbrios ao nível dos mercados financeiros, estes encetaram uma tendência de subida que se verificou ao longo do resto do ano. Para tal contribuíram a estabilização e recuperação dos principais indicadores económicos avançados, a abertura dos mercados de crédito, o início do estreitamento de *spreads* e as decisões de compras de activos de dívida pública e privada por parte dos principais Bancos Centrais. Simultaneamente, os resultados de empresas divulgados ao longo do ano, nos EUA e na Europa, superaram as expectativas. No caso do sector financeiro, e com a retoma da actividade de mercados de capitais, os bancos registaram um crescimento de lucros substancial ao longo dos vários trimestres, superando as expectativas. Consequentemente, verificou-se uma rápida disponibilidade, por parte dos principais bancos americanos, em reembolsarem os empréstimos obtidos junto do Tesouro o que também contribuiu para a tendência positiva da classe. Desta forma, o índice

global *MSCI World* valorizou-se 22% no ano sendo que desde os mínimos, de 9 de Março, o índice subiu 57%. Em Portugal, a tendência foi semelhante à dos mercados internacionais, com o índice *PSI-20* a registar valorizações, no ano e desde os mínimos de Março, de 33% e 47%, respectivamente.

Principais Índices Bolsistas

	2008		2009	
	Índice	Variação (%)	Índice	Variação (%)
Dow Jones (Nova Iorque)	8776	-33.8%	10428	18.8%
Nasdaq (Nova Iorque)	1577	-40.5%	2269	43.8%
FTSE (Londres)	4434	-31.3%	5413	22.1%
NIKKEI (Tóquio)	8860	-42.1%	10546	19.0%
CAC (Paris)	3218	-42.7%	33936	22.3%
DAX (Frankfurt)	4810	-40.4%	5957	23.8%
IBEX (Madrid)	9196	-39.4%	11940	29.8%
PSI-20 (Lisboa)	6341	-51.3%	8464	33.5%

Perspectivas

Em 2010 é expectável que as economias desenvolvidas bem como as emergentes deverão continuar o processo de recuperação já iniciado na segunda metade do ano. Depois do crescimento registado, em função dos fortes estímulos fiscais e monetários e da reposição de inventários, com a redução de tais medidas espera-se que o crescimento económico ganhe tracção suportada por contributos de consumo e de investimento e pela recuperação do mercado de trabalho. No entanto, o padrão de crescimento esperado deverá ser ainda modesto e, conseqüentemente, o nível de utilização dos recursos ainda não atingirá, em 2010, valores historicamente elevados. Por outro lado, os desequilíbrios estruturais ainda prevalecentes como a redução do nível de endividamento das famílias, o aumento das restrições regulamentares no sector financeiro e os condicionalismos existentes na concessão de crédito constituem factores impeditivos de um ritmo de crescimento económico mais significativo.

Perante tal conjuntura fundamental, onde os riscos de inflação não serão à partida significativos, os Bancos Centrais deverão proceder a alguma normalização de políticas monetárias através da redução gradualista das medidas extraordinárias de injeção de liquidez, implementadas em 2008 e 2009, e posteriormente dar início ao processo de subidas de taxas directoras.

Após os níveis historicamente baixos atingidos no último ano, as taxas de juro de curto prazo deverão evidenciar uma tendência moderada de subida, através da incorporação do prémio de risco de futuras

subidas de taxas directoras. No que respeita às yields de obrigações do tesouro, estas deverão subir dada a continuação do crescimento económico e a diminuição dos riscos de desinflação.

Relativamente ao mercado de obrigações de risco de crédito, depois do forte estreitamento de *spreads* verificado no último ano, para 2010 é esperada a continuação de tal tendência embora num ritmo muito mais gradual, dados os níveis atingidos. Por outro lado, após os volumes máximos de oferta em mercados primários europeus, dos últimos 10 anos, e cuja aceitação junto dos investidores finais foi bastante positiva, no próximo ano não se perspectiva uma magnitude de ofertas superior. Para tal deverão contribuir factores como a redução do nível de endividamento de curto prazo por parte das empresas, os menores níveis de intenção de investimento e os baixos níveis de amortização de dívida estimados.

No que respeita ao mercado accionista, apesar das fortes valorizações registadas em 2009, é esperada uma fase em que o mercado deverá evoluir em linha com o crescimento económico e os resultados das empresas. No último ano, a pró-actividade das empresas, em termos da redução de custos laborais e de capital, teve como consequência uma forte sustentação de margens operacionais, com consequentes surpresas positivas nos resultados divulgados. Tal redução deverá constituir factor de suporte adicional, no cenário macroeconómico esperado em 2010, para a evolução favorável dos lucros. Subsistem, no entanto, incertezas quanto à sustentabilidade da recuperação económica e, consequentemente, quanto ao crescimento dos resultados suportado por um aumento de vendas. No entanto, o posicionamento ainda conservador por parte dos investidores, ao longo de 2009, poderá também constituir um factor positivo para a classe em 2010.

MERCADO IMOBILIÁRIO

Os anos de 2008 e 2009 foram um teste difícil e penoso para todos os investidores mas terão, com toda a certeza, contribuído para um maior profissionalismo no futuro. Hoje sentem-se já sinais ténues de recuperação, em especial na actividade de investimento que denota já algum dinamismo, mas são várias as dúvidas que ainda persistem quanto ao definitivo arrancar da retoma e aos moldes em que a mesma será feita.

Os últimos meses de 2009 trouxeram várias boas notícias para os mercados imobiliários um pouco por toda a Europa. Dados mais recentes do IPD no Reino Unido revelam um crescimento histórico no valor do imobiliário no passado mês de Novembro, atingindo um máximo dos últimos 15 anos. Os investidores revelam-se mais activos, verificando-se algum crescimento da procura que é já retratado na evolução das *yields*. No mês de Novembro as *yields* tiveram uma nova quebra face a Outubro, na ordem dos 38 pontos base e a tendência para o futuro é ainda de descida na grande maioria dos sectores do mercado. Para esta evolução favorável tem contribuído a maior disponibilidade de capitais próprios para afectar ao mercado imobiliário e o crescimento sustentado da disponibilidade de crédito. Hoje é já possível referir alguma escassez na oferta de produtos para investimento no Reino Unido, tendo em conta os novos padrões de exigência dos investidores, muito superiores aos que se verificaram antes da crise.

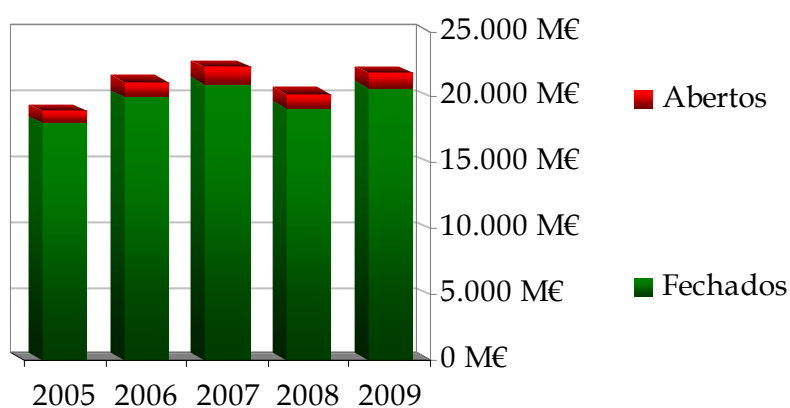
Também em Portugal existem já sinais de alento, os *yields* de mercado, após subidas consecutivas nos últimos trimestres, parecem ter estabilizado, sendo a previsão para 2010 de manutenção ou de ligeira descida. Importa no entanto referir um cada vez maior intervalo entre os *yields* dos activos prime e não prime. Os investidores estrangeiros estão timidamente de volta ao mercado nacional, estudam algumas oportunidades e acompanham a evolução dos preços. Os fundos nacionais, por seu lado, demonstraram na segunda metade de 2009 uma actividade importante. Ainda assim, de Janeiro a Novembro de 2009 foram transaccionados em Portugal imóveis no valor de cerca de €400 milhões, e as estimativas apontam para um fecho que rondará os €500 milhões, pelo que muito provavelmente o ano terá fechado com um volume de transacções inferior ao registado em 2008. No entanto são muitos os negócios em curso, pelo que 2010 poderá registar volumes de investimento superiores aos que se verificaram em 2008 e 2009.

A economia real dá ainda sinais de sofrimento, pelo que a deterioração do mercado ocupacional pode acontecer ainda em 2010, tendo em conta as previsões para a evolução desfavorável do desemprego, que afectarão os segmentos de escritórios e industrial, e também as necessárias políticas de consolidação orçamental que terão que ser implementadas em 2010 e que afectarão a grande maioria dos europeus, tendo necessariamente um impacto no consumo privado e por sua vez no mercado de retalho, pelo que a qualidade do risco dos inquilinos poderá sobrepor-se a outros parâmetros de decisão.

MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES

Em 2009, o montante do mercado português de fundos de pensões terá registado um crescimento de 7,7% para 21 852 Milhões de Euros (M€). Os Fundos Fechados registaram um crescimento de 8,2%, para 20 736 M€, continuando a dominar este mercado com uma quota de 95% do total de fundos de pensões. O montante dos Fundos de Pensões Abertos (incluindo PPR e PPA) aumentou 3,7% para 1116 M€.

MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES PORTUGUÊS



Fonte: Instituto de Seguros de Portugal

Durante o ano de 2009, assistiu-se à constituição de 2 fundos de pensões fechados, 5 fundos de pensões abertos que não PPR ou PPA (dos quais 4 admitem adesões individuais e colectivas e 1 apenas adesões colectivas) e 2 fundos de pensões PPR. Simultaneamente assistiu-se à extinção de 3 fundos fechados, 1 por liquidação e 2 por transferência para adesões colectivas.

No final de 2009, o mercado estava representado por 236 fundos, geridos por 15 empresas de seguros e por 13 sociedades gestoras de fundos de pensões.

A quota da CGD Pensões aumentou de 7,8% para 9,6%, devido ao crescimento do volume dos fundos sob gestão e à transferência de gestão do fundo de pensões Petrolgal, anteriormente co-gerido por outras entidades gestoras.

ACTIVIDADE DA CGD PENSÕES

1. EVOLUÇÃO COMERCIAL

A CGD Pensões terminou o ano de 2009 tendo sob gestão dezasseis fundos de pensões fechados e quatro fundos de pensões abertos. O valor patrimonial dos fundos geridos ascendia a 2.100 M€, representando um crescimento de 33% face aos 1.578 M€ geridos no final de 2008.

No segmento dos fundos de pensões fechados, a CGD Pensões obteve, em 2009, o mandato para gestora líder administrativa do Fundo de Pensões da Petrogal. Regista-se por outro lado, que o Fundo de Pensões da Caixa Leasing e Factoring foi extinto, tendo as suas responsabilidades sido transferidas para uma adesão colectiva ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente.

Devido à conjuntura de crise que marcou a economia mundial durante o ano, os reembolsos de unidades de participação dos fundos de pensões abertos sob gestão, na sua larga maioria por parte de Participantes com direito a pensão de reforma, ascendeu a 22.445.079 €, tendo-se igualmente verificado transferências de 10.769.468 € dos fundos de pensões abertos Caixa Reforma Activa e Caixa Reforma Valor para o novo fundo Caixa Reforma Prudente. Não obstante, durante o ano, registaram-se 1.302 novas adesões individuais e 3 novas adesões colectivas aos fundos de pensões abertos, num total de novas subscrições no valor de 19.037.132 €.

Para alcançar os objectivos a que se propõe no início de cada ano, a Sociedade continuou a contar com a colaboração imprescindível tanto da rede comercial do Grupo, como da área comercial da Caixa Gestão de Activos.

2. EVOLUÇÃO FINANCEIRA

O Resultado Líquido do Exercício de 2009, no valor de 736 milhares de euros, registou um decréscimo de 289 milhares de euros em relação ao ano anterior. Esta diminuição ficou a dever-se, essencialmente, à redução das comissões de gestão provocada pelos reembolsos ao nível dos fundos de pensões abertos.

Quanto aos Custos Operacionais, regista-se uma variação de -8% face ao ano de 2008 (-193 milhares de euros), que ficou a dever-se, essencialmente, à diminuição da comissão paga à CGD pela comercialização dos fundos abertos (- 296 milhares de euros); este decréscimo de custos foi penalizado pelo aumento dos ajustamentos para investimentos financeiros (+77 mil euros) e pelo crescimento moderado dos custos com o pessoal (+57 milhares de euros) face ao ano anterior.

Os resultados financeiros totalizaram 103 milhares de euros resultantes de rendimentos de unidades de participação de fundos de tesouraria e de juros de depósitos a prazo.

No fim do exercício, o activo líquido da Sociedade Gestora totalizava 6.544 milhares de euros, menos 311 milhares de euros do que em 31 de Dezembro de 2008.

Os Capitais Próprios, por seu turno, registaram um decréscimo de 109 milhares de euros, devido à redução dos resultados do exercício de 2009 (736 milhares de euros, face a 1025 milhares de euros em 2008) e influenciados ainda pelo aumento da distribuição de dividendos (845 milhares de euros, contra 200 milhares de euros em 2008), em virtude da nova orientação do grupo CGD em matéria de capitalização das sociedades instrumentais.

SOCIEDADE GESTORA

(Milhares de Euros)

	2008	2009	Varição homóloga
Activo líquido	6 855	6 544	-5%
Capitais próprios	5 978	5 869	-2%
Resultado líquido	1 025	736	-28%
Capital social	3 000	3 000	
% GRUPO CGD	100,0%	100,0%	

3. MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

A CGD Pensões considera fundamental que os Fundos de Pensões que administra possuam um sistema de controlo interno e de gestão de riscos adequado e eficaz que assegure o efectivo cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que se encontra sujeita, um desempenho eficiente e rentável da actividade através de uma utilização eficaz dos activos e recursos e uma apropriada gestão dos riscos por forma a garantir a estabilidade financeira da sociedade e ir ao encontro dos interesses dos clientes institucionais e particulares.

Neste sentido, a CGD Pensões tem vindo nos últimos anos a fomentar uma cultura e um ambiente de controlo fortalecendo a função compliance e a função de gestão de riscos. Em 2009 a CGD Pensões continuou assim a implementação do projecto de Risco Operacional e Controlo Interno (ROCI) e do Plano de Continuidade de Negócio (PCN), nomeadamente através das seguintes iniciativas:

- No projecto ROCI continuaram a desenvolver-se os mecanismos de controlo interno e de gestão de risco operacional já existentes na sociedade tendo-se procedido a uma avaliação dos processos de gestão de risco e controlo interno já implementados, nomeadamente através de uma execução de testes aos controlos existentes;
- No projecto PCN iniciou-se a implementação do plano de continuidade operacional e de recuperação tecnológica.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício de 2009 da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., foi de 735.819,52 Euros (setecentos e trinta e cinco mil oitocentos e dezanove euros e cinquenta e dois cêntimos), para o qual o Conselho de Administração, nos termos dos art.ºs 12.º e 26.º dos Estatutos da Sociedade e observando o estabelecido no art. 97.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de Janeiro e no art.º 42.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de Abril, propõe a seguinte aplicação:

- € 73.581.95, para reforço da Reserva Legal;
- € 662.237,57 €, seja submetido à Assembleia Geral para que a mesma delibere sobre a sua aplicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à actividade da Sociedade no decorrer do ano de 2009:

- Às entidades de supervisão - Instituto de Seguros de Portugal e Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários, pela disponibilidade e atenção manifestadas em todos os contactos havidos;
- Aos órgãos de fiscalização - Fiscal Único da Sociedade Gestora e Revisor Oficial de Contas dos Fundos e aos membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo acompanhamento e colaboração prestados;
- Aos intermediários dos vários mercados, pelo bom relacionamento mantido;
- À rede de distribuição da Caixa Geral de Depósitos, pelo apoio dado à comercialização;
- A todos os clientes dos Fundos e carteiras geridos pela Sociedade pela confiança manifestada;
- Aos colaboradores da empresa, pela grande dedicação e entusiasmo, que foram factores decisivos para os bons resultados alcançados.

Lisboa, 11 de Fevereiro de 2010

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Eduardo de Noronha Gamito de Faria
Presidente

Henrique Pereira Melo
Vice-Presidente

António Francisco de Araújo Pontes
Administrador

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Administrador

Dr. António Manuel Gutierres Caseiro
Administrador

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
COM NOTAS EXPLICATIVAS**

CGD PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2009		2008		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2009	2008
		Activo bruto	Amortizações acumuladas e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido				
IMOBILIZADO:						CAPITAL PRÓPRIO:			
Imobilizações incorpóreas	10	77.803	(77.803)	-	-	Capital	36 e 37	3.000.000	3.000.000
Imobilizações corpóreas	10	297.943	(225.209)	72.734	85.777	Reservas			
Investimentos financeiros	10	2.565.817	(216.596)	2.349.221	2.651.706	Reservas legais	40	463.163	360.654
		<u>2.941.563</u>	<u>(519.608)</u>	<u>2.421.955</u>	<u>2.737.483</u>	Outras reservas	40	1.669.562	1.446.978
CIRCULANTE:						Resultados transitados	40	-	144.884
Dívidas de terceiros - curto prazo						Resultado líquido do exercício	40	735.820	1.025.094
Clientes, conta corrente	48	72.734	-	72.734	62.358	Total do capital próprio		<u>5.868.545</u>	<u>5.977.610</u>
Outros devedores	48	1.315	-	1.315	3.219				
Títulos negociáveis						PASSIVO:			
Outros títulos negociáveis	17	2.745.000	-	2.745.000	645.000	Provisões:			
Depósitos bancários e caixa						Provisões para riscos e encargos	34	-	27.740
Depósitos à ordem	49	222.323	-	222.323	903.055	Dívidas a terceiros - curto prazo			
Depósitos a prazo	49	-	-	-	1.280.000	Fornecedores, conta corrente	51	75.079	46.903
Caixa		300	-	300	500	Fornecedores de imobilizado	51	11.132	25.836
		<u>3.041.672</u>	<u>-</u>	<u>3.041.672</u>	<u>2.894.132</u>	Estado e outros entes públicos	51	17.635	96.559
						Outros credores	51	224.725	324.362
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:								<u>328.571</u>	<u>493.660</u>
Acréscimos de proveitos	50	1.064.742	-	1.064.742	1.221.163	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Custos diferidos	50	15.243	-	15.243	1.789	Acréscimos de custos	52	346.496	355.557
		<u>1.079.985</u>	<u>-</u>	<u>1.079.985</u>	<u>1.222.952</u>	Total do passivo		<u>675.067</u>	<u>876.957</u>
						Total do capital próprio e do passivo		<u>6.543.612</u>	<u>6.854.567</u>
Total do activo		<u>7.063.220</u>	<u>(519.608)</u>	<u>6.543.612</u>	<u>6.854.567</u>				
CONTAS DE ORDEM :									
Fundos de pensões geridos	54			2.100.060.042	1.577.592.190				

O anexo faz parte integrante destes balanços.

CGD PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2009	2008	PROVEITOS E GANHOS	Notas	2009	2008
Fornecimentos e serviços externos	53	1.651.102	1.979.770	Prestação de serviços	44	3.055.300	3.521.970
Custos com o pessoal:				Outros proveitos operacionais		2.806	391
Remunerações	43	246.814	189.992	Reversão de provisões	34	27.740	15.941
Encargos sociais	43	55.210	42.092	(B)		3.085.846	3.538.302
Outros	43	31.896	44.917	Outros juros e proveitos similares	45	108.259	198.070
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	18.962	29.479	(D)		3.194.105	3.736.372
Ajustamentos	10 e 21	143.143	65.655	Proveitos e ganhos extraordinários	46	30.080	59.424
Impostos	6	13.786	7.085				
Outros custos e perdas operacionais		15.008	10.366				
(A)		2.175.921	2.369.356				
Juros e custos similares	45	5.316	4.276				
(C)		2.181.237	2.373.632				
Custos e perdas extraordinários	46	2.345	8.601				
(E)		2.183.582	2.382.233				
Impostos sobre o rendimento do exercício	6	304.783	388.469				
(G)		2.488.365	2.770.702				
Resultado líquido do exercício	40	735.820	1.025.094				
		3.224.185	3.795.796	(F)		3.224.185	3.795.796
				Resultados operacionais:	(B) - (A)	909.925	1.168.946
				Resultados financeiros:	(D - B) - (C - A)	102.943	193.794
				Resultados correntes:	(D) - (C)	1.012.868	1.362.740
				Resultados antes de impostos:	(F) - (E)	1.040.603	1.413.563
				Resultado líquido do exercício:	(F) - (G)	735.820	1.025.094

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CGD PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Recebimentos de clientes	3.195.492	3.565.945
Pagamentos a fornecedores	(948.708)	(965.382)
Pagamentos ao pessoal	(369.371)	(374.200)
Fluxo gerado pela operações	<u>1.877.413</u>	<u>2.226.363</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(420.672)	(502.676)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(737.018)	(1.004.521)
Fluxos das actividades operacionais [1]	<u>719.723</u>	<u>719.166</u>
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(2.019)	(50)
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros		
· Resgates de Unidades de Participação	230.643	1.493.689
· Depósitos a prazo	1.280.000	1.630.000
Imobilizações corpóreas	110	7.037
Juros e proveitos similares	98.087	139.886
	<u>1.608.840</u>	<u>3.270.612</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros		
· Subscrições de Unidades de Participação	(2.141.557)	(739.974)
· Depósitos a prazo	-	(2.350.000)
Imobilizações corpóreas	(6.704)	(21.344)
	<u>(2.148.261)</u>	<u>(3.111.318)</u>
Fluxos das actividades de investimento [2]	<u>(539.421)</u>	<u>159.294</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Amortização de contratos de locação financeira	(13.918)	(25.594)
Juros e custos similares	(412)	(1.919)
Dividendos pagos	(844.885)	(200.000)
	<u>(859.215)</u>	<u>(227.513)</u>
Fluxos das actividades de financiamento [3]	<u>(859.215)</u>	<u>(227.513)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]	(680.932)	650.897
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	<u>903.555</u>	<u>252.658</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>222.623</u>	<u>903.555</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)NOTA INTRODUTÓRIA

A CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante igualmente designada por “CGD Pensões” ou “Sociedade”) foi constituída em 14 de Maio de 1992. A Sociedade tem como principal actividade a administração, gestão e representação de fundos de pensões (Fundos), sendo responsável em 31 de Dezembro de 2009 pela gestão dos Fundos fechados das seguintes entidades (Associados):

Denominação	Data de constituição	Data de início da gestão
Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Fundo CGD)	31-12-1991	30-09-1992
18,75% do Fundo de Pensões Gestnave (Fundo Gestnave)	01-10-1998	01-10-1998
Fundo de Pensões da Euronext Lisbon (Fundo Euronext Lisbon)	15-01-2000	15-01-2000
Fundo de Pensões Caixa – Banco de Investimento (Fundo Caixa BI)	31-12-1987	04-07-2000
Fundo de Pensões da Interbolsa (Fundo Interbolsa)	27-12-2001	27-12-2001
Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros (Fundo CPR)	31-12-1998	01-12-2002
Fundo de Pensões da Galp Energia (Fundo Galp Energia)	02-01-2003	02-01-2003
Fundo de Pensões Finibanco (Fundo Finibanco)	31-12-1993	31-12-2003
Fundo de Pensões Sojornal e Associadas (Fundo Sojornal e Associadas)	31-12-1987	01-01-2004
Fundo de Pensões do Instituto Nacional de Estatística (Fundo INE)	21-12-1999	01-04-2004
Fundo de Pensões CMVM (Fundo CMVM)	29-09-2000	01-01-2005
Fundo de Pensões Império – Bonança (Fundo Império - Bonança)	28-12-2005	30-12-2005
Fundo de Pensões da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Fundo SCML)	22-02-2008	22-02-2008
Fundo de Pensões Fidelidade (Fundo Fidelidade)	30-04-1999	01-01-2008
Fundo de Pensões do Pessoal da Mundial - Confiança (Fundo Mundial - Confiança)	31-12-1997	01-01-2008
Fundo de Pensões Petrogal (Fundo Petrogal)	29-12-1988	23-04-2009

O Fundo de Pensões da Caixa Leasing e Factoring (Fundo Caixa Leasing e Factoring), que resultou da integração em 1 de Julho de 2003 do património dos Fundos de Pensões da Imoleasing – Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S.A. (Imoleasing) e Lusofactor – Sociedade de Factoring, S.A. (Lusofactor) no Fundo de Pensões da Locapor – Companhia Portuguesa de Locação Financeira Mobiliária, S.A. (Locapor), com a subsequente alteração de designação deste para Fundo de Pensões da Caixa Empresas de Crédito, gerido pela Sociedade, foi extinto em 22 de Dezembro de 2009. Na sequência da extinção deste Fundo, a Caixa Leasing e Factoring subscreveu unidades de participação do Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Prudente”, através da celebração da Adesão Colectiva nº 7 a este Fundo de Pensões Aberto.

Adicionalmente, a Sociedade é responsável pela gestão dos seguintes Fundos abertos:

Denominação	Data de constituição
Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Activa” (Fundo Caixa Reforma Activa)	13-12-2001
Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Valor” (Fundo Caixa Reforma Valor)	02-12-2005
Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Garantida 2022” (Fundo Caixa Reforma Garantida 2022)	19-03-2007
Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Prudente” (Fundo Caixa Reforma Prudente)	15-07-2008

Conforme indicado na Nota 37, a Sociedade é detida integralmente pela Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A. (Grupo CGD). Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo CGD encontram-se detalhados na Nota 16.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à CGD Pensões ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 não foram ainda objecto de aprovação pela Assembleia Geral. Contudo, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Notas 50 e 52).

b) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas correspondem a despesas de instalação e despesas com campanhas de lançamento de novos fundos. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e foram amortizadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, ao longo de um período de três anos. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as imobilizações incorpóreas encontravam-se totalmente amortizadas.

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada. As taxas de amortização praticadas, traduzem-se nas seguintes vidas úteis estimadas dos activos:

	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo:	
- Computadores	4
- Mobiliário	8
- Fotocopiadoras e outros	3 - 8
Material de transporte adquirido em regime de locação financeira	3
Outras imobilizações corpóreas - software	6

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros correspondem a aplicações efectuadas pela CGD Pensões em obrigações e em unidades de participação de fundos de investimento a deter por prazo superior a um ano.

Estes títulos são registados ao custo de aquisição, sendo as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o custo de aquisição e o seu valor de mercado, integralmente ajustadas contra resultados do exercício. As mais-valias potenciais não são reconhecidas nas demonstrações financeiras anexas.

d) Títulos negociáveis

As aplicações efectuadas pela CGD Pensões em unidades de participação de fundos de investimento mobiliário, com o objectivo de venda num prazo inferior a um ano, são registadas na rubrica de "Títulos negociáveis" ao custo de aquisição.

As menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado dos títulos negociáveis são integralmente ajustadas contra resultados do exercício. As mais-valias potenciais não são reconhecidas nas demonstrações financeiras anexas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)e) Remuneração de gestão

Como remuneração pela sua actividade, a Sociedade cobra aos Fundos geridos comissões de gestão financeira e comissões de gestão técnica e administrativa, calculadas sobre o valor dos Fundos e sobre as contribuições dos Associados para os mesmos, respectivamente, com o seguinte detalhe:

- Fundos Fechados:

Fundo	Comissão de gestão financeira			Comissão sobre as contribuições
	Percentagem	Periodicidade	Base de incidência	
Fundo CGD	0,025%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	-
Fundo Gestnave	0,050%	Trimestral	Valor do Fundo	-
	0,045%		< Eur 9.975.958	
	0,040%		de Eur 9.975.958 a Eur 19.951.916	
Fundo Euronext Lisbon	0,050%	Trimestral	> Eur 19.951.916	0,30%
Fundo Caixa BI	0,500%	Anual	Valor do Fundo	0,50%
Fundo Interbolsa	0,050%	Trimestral	Valor do Fundo	0,30%
Fundo CPR	0,150%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	5,00%
Fundo Galp Energia	0,300%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%/0,40%
	0,300%		Valor do Fundo	
	0,275%		< Eur 15.000.000	
Fundo Finibanco	0,250%	Anual	de Eur 15.000.000 a Eur 25.000.000	0,20%
	0,250%		> Eur 25.000.000	
Fundo Sojornal e Associadas	0,450%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%
Fundo INE	0,500%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,50%
Fundo CMVM	0,125%	Anual	Valor de mercado dos activos do Fundo	Taxa ISP
Fundo Império – Bonança	0,150%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	Dobro da taxa ISP
Fundo SCML	0,150%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,15%
Fundo Fidelidade	0,150%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	Dobro da taxa ISP
Fundo Mundial - Confiança	0,150%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	Dobro da taxa ISP
Fundo Petrogal	-	Trimestral	Eur 100.000 por ano	-

- Fundos Abertos:

Fundo	Comissão de gestão financeira				Comissão de subscrição	Comissão de resgate
	Percentagem	Periodicidade	Base de incidência	Observações		
Fundo Caixa Reforma Activa	Máximo 3% ao ano	Mensal	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2009 e 2008 ascendeu a 1,25%	Máximo 5% ao ano	Máximo 5% ao ano
Fundo Caixa Reforma Valor	Máximo 3% ao ano	Mensal	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2009 e 2008 ascendeu a 1,25%	Máximo 5% ao ano	Máximo 5% ao ano
Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	Máximo 3% ao ano	Mensal	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2009 e 2008 ascendeu a 0,77%	Máximo 10% ao ano	Máximo 10% ao ano
Fundo Caixa Reforma Prudente	Máximo 1% ao ano	Mensal	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2009 e 2008 ascendeu a 0,5%	Máximo 1% ao ano	Máximo 2% ao ano

Pela função de comercialização das unidades de participação destes Fundos de pensões abertos, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) cobra uma comissão de comercialização equivalente a 55% da comissão de gestão cobrada pela CGD Pensões a estes Fundos. Esta comissão é registada na rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” (Nota 53).

A Sociedade cobra ainda aos Fundos Caixa BI e Galp Energia comissões anuais de 19,95 Euros e 80 Euros, respectivamente, por cada participante.

f) Taxa a favor do Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

A Sociedade paga uma taxa ao ISP sobre as contribuições dos Associados para os respectivos Fundos, nos termos do Decreto-Lei nº 171/87, de 20 de Abril, a qual constitui um encargo de cada Fundo. No que se refere aos Fundos Caixa Reforma Activa, Caixa Reforma Valor, Império - Bonança, CMVM, Galp Energia, Caixa Reforma Garantida 2022, Fidelidade, Mundial - Confiança e Caixa Reforma Prudente, esta taxa é suportada pela Sociedade. A partir de 1 de Janeiro de 2008, a Sociedade passou a reaver apenas na rubrica de “Impostos” (Nota 6), o custo corresponde à taxa não suportada pelos Fundos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)g) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro (Nota 15). De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

6. IMPOSTOS

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e respectiva Derrama, o que corresponde a uma taxa agregada de 26,5%.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de Julho, as despesas de representação e os encargos relacionados com viaturas ligeiras de passageiros são tributados autonomamente em IRC à taxa de 10%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objecto de revisão por parte da Administração Fiscal durante um período de quatro anos. Em virtude desta regra, as declarações fiscais da Sociedade respeitantes aos exercícios de 2006 a 2009 poderão vir ainda a ser revistas. Deste facto poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos anos em aberto. No entanto, na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correcção ou liquidação adicional, relativamente aos exercícios atrás referidos, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo da rubrica "Impostos" da demonstração dos resultados refere-se, essencialmente, às taxas pagas e a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal, as quais corresponderam a 0,048% e 0,046%, respectivamente, das contribuições efectuadas para parte dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade (Nota 3. f)).

Nos exercícios de 2009 e 2008, a taxa efectiva de imposto correspondeu a 29,29% e 27,48%, respectivamente. Apresenta-se a seguir um resumo da determinação do imposto apurado:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Resultado antes de impostos	1.040.603	1.413.563
Ajustamentos:		
· Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto (Nota 46)	(227)	1.189
· Reposição de provisões tributadas (Nota 34)	(27.740)	(15.941)
· Benefícios fiscais por criação líquida de postos de trabalho	(17.850)	(11.928)
· Constituição de ajustamentos tributados (Notas 10 e 21)	143.143	65.655
· Outros, líquido	3.846	2.208
	-----	-----
Lucro tributável	1.141.775	1.454.746
Taxa nominal de imposto	26,5%	26,5%
	-----	-----
Imposto apurado antes de tributação autónoma	302.570	385.508
Tributação autónoma	2.213	2.961
	-----	-----
Imposto apurado (Nota 51)	304.783	388.469
	=====	=====

A Sociedade não tem procedido ao registo de impostos diferidos por não serem relevantes para as suas demonstrações financeiras.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios de 2009 e 2008, a Sociedade teve ao seu serviço onze e dez colaboradores, respectivamente, dois dos quais com vínculo contratual à Caixa Geral de Depósitos, S.A., cedidos para o desempenho de funções na Sociedade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

10. MOVIMENTO NO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2009, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto							Saldos em 31.12.09
	Saldos em 31.12.07	Aumentos	Alienações e abates/ reposições	Saldos em 31.12.08	Aumentos	Transferências	Alienações e abates/ reposições	
Imobilizado incorpóreo:								
Despesas de instalação	45.226	-	-	45.226	-	-	-	45.226
Campanha com lançamento de novos fundos	32.577	-	-	32.577	-	-	-	32.577
	<u>77.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>77.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>77.803</u>
Imobilizado corpóreo:								
Equipamento administrativo	55.972	2.350	(26.809)	31.513	1.320	-	(2.113)	30.720
Imobilizado adquirido em regime de locação financeira:								
. Material de transporte (Nota 15)	82.000	-	(32.000)	50.000	-	-	-	50.000
Outras imobilizações corpóreas	159.269	18.501	-	177.770	4.599	34.854	-	217.223
Imobilizado em curso	34.854	-	-	34.854	-	(34.854)	-	-
	<u>332.095</u>	<u>20.851</u>	<u>(58.809)</u>	<u>294.137</u>	<u>5.919</u>	<u>-</u>	<u>(2.113)</u>	<u>297.943</u>
Investimentos financeiros:								
Títulos e outras aplicações financeiras	3.480.990	94.973	(850.804)	2.725.159	41.558	-	(200.900)	2.565.817
Ajustamentos	(7.798)	(65.655)	-	(73.453)	(143.143)	-	-	(216.596)
	<u>3.473.192</u>	<u>29.318</u>	<u>(850.804)</u>	<u>2.651.706</u>	<u>(101.585)</u>	<u>-</u>	<u>(200.900)</u>	<u>2.349.221</u>

Rubricas	Amortizações acumuladas						Saldos em 31.12.09
	Saldos em 31.12.07	Aumentos	Alienações e abates	Saldos em 31.12.08	Aumentos	Alienações e abates	
Imobilizado incorpóreo:							
Despesas de instalação	(45.226)	-	-	(45.226)	-	-	(45.226)
Campanha com lançamento de novos fundos	(32.577)	-	-	(32.577)	-	-	(32.577)
	<u>(77.803)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(77.803)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(77.803)</u>
Imobilizado corpóreo:							
Equipamento administrativo	(44.978)	(2.625)	26.507	(21.096)	(2.086)	2.113	(21.069)
Imobilizado adquirido em regime de locação financeira:							
. Material de transporte (Nota 15)	(52.268)	(13.332)	25.600	(40.000)	-	-	(40.000)
Outras imobilizações corpóreas	(133.742)	(13.522)	-	(147.264)	(16.876)	-	(164.140)
	<u>(230.988)</u>	<u>(29.479)</u>	<u>52.107</u>	<u>(208.360)</u>	<u>(18.962)</u>	<u>2.113</u>	<u>(225.209)</u>
	<u>(308.791)</u>	<u>(29.479)</u>	<u>52.107</u>	<u>(286.163)</u>	<u>(18.962)</u>	<u>2.113</u>	<u>(303.012)</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Investimentos financeiros" apresenta a seguinte composição:

	2009			2008	
	Custo de aquisição	Ajustamentos	Valor de balanço	Mais-valias potenciais	Valor de balanço
Títulos e outras aplicações financeiras:					
Obrigações diversas:					
. CGD 132 anos 1ª série	50.000	-	50.000	186	50.000
Unidades de participação de fundos de investimento:					
. Fundimo	1.308.949	-	1.308.949	34.045	1.267.391
. Logística e Distribuição	551.300	-	551.300	124.519	551.300
. Maxirent	175.000	-	175.000	103.863	175.000
. Caixagest Imobiliário	249.997	(104.849)	145.148	-	222.721
. Tishman Esóf Sfeeder	220.553	(111.747)	108.806	-	174.376
. Lusimovest (Santander)	10.018	-	10.018	2.118	10.018
. Vision Escritórios	-	-	-	-	200.900
	<u>2.515.817</u>	<u>(216.596)</u>	<u>2.299.221</u>	<u>264.545</u>	<u>2.601.706</u>
	<u>2.565.817</u>	<u>(216.596)</u>	<u>2.349.221</u>	<u>264.731</u>	<u>2.651.706</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, as mais-valias potenciais em investimentos financeiros não registadas em balanço ascendiam a 285.281 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)15. OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as operações de locação financeira encontram-se relevadas nas seguintes rubricas do balanço:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Imobilizações corpóreas – Material de transporte (Nota 10):		
. Activo bruto	50.000	50.000
. Amortizações acumuladas	(40.000)	(40.000)
	-----	-----
	10.000	10.000
	=====	=====
Dívidas a terceiros (Nota 51):		
. Até um ano	10.318	13.949
. Mais de um ano	814	11.101
	-----	-----
	11.132	25.050
	=====	=====

16. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Sociedade mantinha os seguintes saldos com empresas do Grupo e aplicações em fundos de investimento geridos por empresas do Grupo:

	2009					Total
	CGD	Fundimo	Caixagest	Caixa LF	Fidelidade	
Activo:						
Depósitos à ordem (Nota 49)	222.323	-	-	-	-	222.323
Títulos e outras aplicações financeiras (Nota 10)	50.000	1.308.949	145.148	-	-	1.504.097
Títulos negociáveis (Nota 17)	-	-	2.745.000	-	-	2.745.000
Acréscimos de proveitos (Nota 50)	132	-	-	-	-	132
	272.455	1.308.949	2.890.148	-	-	4.471.552
Passivo :						
Fornecedores de imobilizado (Nota 51)	-	-	-	11.132	-	11.132
Fornecedores, conta corrente (Nota 51)	6.181	-	-	-	34.714	40.895
Outros credores (Nota 51)	224.725	-	-	-	-	224.725
Acréscimos de custos (Nota 52)	83.827	-	60.000	-	-	143.827
	314.733	-	60.000	11.132	34.714	420.579
Custos e perdas:						
Fornecimentos e serviços externos (Nota 53)	731.725	-	240.000	-	-	971.725
Juros e custos similares (Nota 45)	4.424	-	-	411	-	4.835
	736.149	-	240.000	411	-	976.560
Proveitos e ganhos:						
Juros e proveitos similares (Nota 45)	27.016	27.564	5.598	-	-	60.178
	27.016	27.564	5.598	-	-	60.178
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	272.455	1.308.949	2.890.148	11.132	34.714	4.471.552
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	272.455					

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

Foram ainda distribuídos dividendos ao accionista único Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A. (Grupo CGD) em 2009 e 2008, relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, de 844.885 Euros e 200.000 Euros, respectivamente (Nota 40).

17. TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica corresponde a Unidades de Participação do Fundo de Investimento Mobiliário Caixa Fundo Monetário, com um custo de aquisição de 2.745.000 Euros. Na mesma data, o valor de mercado destas Unidades de Participação era superior ao correspondente valor de balanço em 28.717 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica correspondia igualmente a Unidades de Participação do Fundo de Investimento Mobiliário Caixa Fundo Monetário, com um custo de aquisição de 645.000 Euros. Na mesma data, o valor de mercado destas Unidades de Participação era superior ao correspondente valor de balanço em 114 Euros.

21. MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DE AJUSTAMENTOS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2009, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de ajustamentos:

	Saldos em 31.12.07	Aumentos	Reduções	Saldos em 31.12.08	Aumentos	Reduções	Saldos em 31.12.09
Ajustamentos para investimentos financeiros	7.798	65.655	-	73.453	143.143	-	216.596

34. MOVIMENTO NAS PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2009 foi o seguinte:

	Saldos em 31.12.07	Reforços	Reposições	Saldos em 31.12.08	Reforços	Reposições	Saldos em 31.12.09
Provisões para riscos e encargos	43.681	-	(15.941)	27.740	-	(27.740)	-

Em 31 de Dezembro de 2008, as provisões constituídas destinam-se a fazer face a eventuais contingências decorrentes da actividade da Sociedade. Estas provisões não foram aceites como custo para efeitos fiscais (Nota 6).

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o capital da Sociedade encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 600.000 acções com o valor nominal de 5 Euros cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o capital da Sociedade é integralmente detido pela Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)40. VARIAÇÃO NAS OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Durante os exercícios de 2008 e 2009, o movimento ocorrido nas outras rubricas de capital próprio, foi o seguinte:

	Reservas			Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício
	Legais	Livres	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	270.964	839.768	1.110.732	144.884	896.900
Distribuição do resultado do exercício anterior:					
Transferência para reservas	89.690	607.210	696.900	-	(696.900)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(200.000)
Resultado do exercício de 2008	-	-	-	-	1.025.094
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	360.654	1.446.978	1.807.632	144.884	1.025.094
Distribuição do resultado do exercício anterior:					
Transferência para reservas	102.509	77.700	180.209	-	(180.209)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(844.885)
Transferência de resultados transitados	-	144.884	144.884	(144.884)	-
Resultado do exercício de 2009	-	-	-	-	735.820
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	463.163	1.669.562	2.132.725	-	735.820

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da Sociedade, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 24 de Março de 2009, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos no montante de 844.885 Euros (200.000 Euros na Assembleia Geral de 31 de Março de 2008).

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os custos com o pessoal têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Remunerações dos empregados	246.814	189.992
Encargos sobre remunerações	55.210	42.092
Prémios a pagar aos empregados	16.180	23.275
Contribuições para pensões (Nota 55)	4.001	3.364
Outros	11.715	18.278
	-----	-----
	333.920	277.001
	=====	=====

Durante os exercícios de 2009 e 2008, não foram atribuídas quaisquer remunerações ou incorridos outros encargos relativamente aos membros do Conselho de Administração.

Nos exercícios de 2009 e 2008, a rubrica de "Prémios a pagar aos empregados" refere-se ao acréscimo de custos constituído para fazer face às remunerações adicionais a pagar em 2010 e 2009, respectivamente, relativas ao desempenho dos colaboradores com vínculo contratual com a Sociedade no ano anterior.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)44. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Comissões de gestão e administração dos fundos de pensões:		
. Fundo CGD	1.147.183	1.113.615
. Fundo Caixa Reforma Activa	772.039	1.363.052
. Fundo Finibanco	198.130	167.613
. Fundo SCML	160.897	181.406
. Fundo Galp Energia	99.235	88.894
. Fundo Caixa Reforma Prudente	98.220	10.046
. Fundo Império – Bonança	93.218	99.652
. Fundo Fidelidade	91.719	88.480
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	87.556	89.673
. Fundo Caixa Reforma Valor	77.190	101.810
. Fundo Petrogal	69.110	-
. Fundo Mundial – Confiança	36.693	35.412
. Fundo Sojornal e Associadas	26.365	28.020
. Fundo Caixa BI	20.012	21.149
. Fundo INE	18.538	18.567
. Fundo Gestnave	17.620	22.231
. Fundo Euronext Lisbon	9.513	10.574
. Fundo CMVM	7.597	6.884
. Fundo Caixa Leasing e Factoring	6.304	6.850
. Fundo Interbolsa	3.182	2.984
. Fundo CPR	902	1.036
	-----	-----
	3.041.223	3.457.948
	-----	-----
Comissões de depósito:		
. Fundo CPR	110	112
	-----	-----
Comissões de subscrição:		
. Fundo Caixa Reforma Activa	1.934	915
. Fundo Caixa Reforma Prudente	384	394
. Fundo Caixa Reforma Valor	15	12
	-----	-----
	2.333	1.321
	-----	-----
Comissões de resgate:		
. Fundo Caixa Reforma Activa	5.450	53.174
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	2.585	2.267
. Fundo Caixa Reforma Valor	1.970	5.968
. Fundo Caixa Reforma Prudente	1.097	-
	-----	-----
	11.101	61.409
	-----	-----
Comissões de transferência:		
. Fundo Caixa Reforma Activa	345	177
. Fundo Caixa Reforma Valor	145	968
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	42	-
	-----	-----
	532	1.145
	-----	-----
Comissões de realocação:		
. Fundo Galp Energia	-	35
	-----	-----
	3.055.300	3.521.970
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Comissões por serviços bancários	4.424	1.752
Juros de contratos de locação financeira	411	1.919
Outros	481	605
	-----	-----
	5.316	4.276
Resultados financeiros	102.943	193.794
	-----	-----
	108.259	198.070
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:		
. Juros de depósitos a prazo	17.220	37.202
. Juros de depósitos à ordem	8.230	37.091
. Obrigações diversas	1.566	1.437
. Outros	25	107
	-----	-----
	27.041	75.837
	-----	-----
Outros juros e proveitos similares:		
. Rendimentos de unidades de participação	81.218	122.233
	-----	-----
	108.259	198.070
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Multas e penalidades	1.945	450
Donativos	400	200
Alienação de investimentos financeiros	-	6.762
Insuficiência de estimativa de imposto (Nota 6)	-	1.189
	-----	-----
	2.345	8.601
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Alienação de investimentos financeiros	29.743	58.371
Excesso de estimativa de imposto (Nota 6)	227	-
Alienação de imobilizado	110	400
Restituição de imposto	-	653
	-----	-----
	30.080	59.424
Resultados extraordinários	(27.735)	(50.823)
	-----	-----
	2.345	8.601
	=====	=====

48. DÍVIDAS DE TERCEIROS – CURTO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Clientes, conta corrente:		
. Galp Energia	60.160	54.240
. Finibanco	6.806	8.118
. Caixagest – cedência de pessoal	5.374	-
. Outros	394	-
	-----	-----
	72.734	62.358
	-----	-----
Outros devedores:		
. Adiantamentos a colaboradores	1.182	3.050
. Outros	133	169
	-----	-----
	1.315	3.219
	-----	-----
	74.049	65.577
	=====	=====

A rubrica “Clientes, conta corrente” reflecte, essencialmente, o valor de comissões de gestão financeira e de gestão técnica e administrativa que, nos termos dos contratos de gestão dos respectivos Fundos, são debitadas directamente aos Associados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)49. DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica refere-se integralmente a depósitos à ordem e a prazo domiciliados na Caixa Geral de Depósitos, S.A.. Nas mesmas datas, os depósitos à ordem eram remunerados às taxas anuais de 0,27% e 3,42%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2008, os depósitos a prazo, com vencimento em Fevereiro e Maio de 2009, eram remunerados à taxa anual média de 4,87%.

50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - ACTIVO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Acréscimos de proveitos:		
. Comissões de gestão a receber:		
- Fundo Caixa Reforma Activa	377.649	608.124
- Fundo CGD	301.618	278.449
- Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	68.811	69.812
- Fundo Caixa Reforma Prudente	56.446	10.046
- Fundo Finibanco	47.861	38.647
- Fundo SCML	42.676	46.248
- Fundo Caixa Reforma Valor	39.120	48.131
- Fundo Império – Bonança	28.707	24.344
- Fundo Fidelidade	25.739	23.476
- Fundo Petrogal	25.000	-
- Fundo Mundial – Confiança	10.829	10.889
- Fundo Caixa BI	9.062	9.813
- Fundo Galp Energia	8.697	7.706
- Fundo Sojornal e Associadas	6.715	6.880
- Fundo Gestnave	4.456	6.329
- Fundo INE	4.429	4.322
- Fundo Euronext Lisbon	3.050	4.128
- Fundo CMVM	1.993	2.074
- Fundo Interbolsa	1.498	993
- Fundo CPR	216	255
- Fundo Caixa Leasing e Factoring	-	1.526
. Juros de depósitos bancários a receber	88	18.686
. Juros de obrigações diversas	54	255
. Outros acréscimos de proveitos	28	30
	-----	-----
	1.064.742	1.221.163
	-----	-----
Custos diferidos:		
. Seguros	11.520	1.789
. Formação	3.629	-
. Outros	94	-
	-----	-----
	15.243	1.789
	-----	-----
	1.079.985	1.222.952
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)51. DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Fornecedores, conta corrente:		
. Companhia de Seguros Fidelidade – Mundial, S.A.	34.714	38.402
. Consultores actuariais	25.440	-
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	6.181	1.637
. Outros	8.744	6.864
	-----	-----
	75.079	46.903
	=====	=====
Fornecedores de imobilizado:		
. Fornecedores de imobilizado em regime de locação financeira (Nota 15)	11.132	25.050
. Outros	-	786
	-----	-----
	11.132	25.836
	=====	=====
Estado e outros entes públicos:		
. IRC a pagar	6.592	87.499
. Contribuições para a Segurança Social	5.857	4.721
. Retenção de impostos sobre outros rendimentos	5.186	4.310
. Outros	-	29
	-----	-----
	17.635	96.559
	=====	=====
Outros credores:		
. Comissão de comercialização	210.385	310.171
. Cedência de pessoal	14.340	13.851
. Outros	-	340
	-----	-----
	224.725	324.362
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o imposto sobre o rendimento a pagar tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 6)	304.783	388.469
Pagamentos por conta	(269.246)	(236.445)
Retenções na fonte efectuadas por terceiros	(28.945)	(64.525)
	-----	-----
Imposto a pagar	6.592	87.499
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Outros credores - Comissão de comercialização” respeita à comissão a pagar à CGD pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos de Pensões Abertos “Caixa Reforma Activa”, “Caixa Reforma Valor” e “Caixa Reforma Prudente”, referente ao segundo semestre de 2009 e 2008, respectivamente (Nota 53).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)52. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - PASSIVO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Acréscimos de custos:		
. Taxa a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal		
- Fundo Pensões Império – Bonança	3.424	301
- Fundo Pensões Caixa Reforma Prudente	2.825	1.362
- Fundo Pensões Fidelidade	2.157	1.406
- Fundo Pensões Mundial Confiança	1.262	1.526
- Fundo Pensões Caixa Reforma Activa	540	449
- Fundo Pensões Galp Energia	403	376
- Fundo Pensões Caixa Reforma Valor	291	139
- Fundo Pensões CMVM	240	598
- Fundo Pensões Caixa Leasing e Factoring	16	-
- Fundo Pensões Caixa Reforma Garantida 2022	13	8
. Estudos actuariais	61.631	106.825
. Provisão para férias e subsídio de férias	61.470	54.828
. Assessoria – gestão de patrimónios (Nota 53)	60.000	45.000
. Comissão de comercialização (Nota 53)	43.202	52.821
. Prémios a pagar aos empregados	35.600	35.600
. Contribuições para fundos de pensões (Nota 55)	917	724
. Outros	72.505	53.594
	-----	-----
	346.496	355.557
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Prémios a pagar aos empregados” inclui o acréscimo de custos constituído para fazer face às remunerações adicionais a pagar em 2010, mas relativas ao desempenho dos colaboradores no ano anterior, do pessoal com vínculo contratual à Sociedade e do pessoal cedido pela CGD, nos montantes de 19.000 Euros e 16.600 Euros, respectivamente (19.000 Euros e 16.600 Euros, respectivamente, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)53. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Trabalhos especializados:		
- Comissão de comercialização (Notas 51 e 52)	508.805	804.528
- Estudos actuariais	297.674	258.439
- Contrato de assessoria – Caixagest	240.000	180.750
- Remunerações pagas à Caixa Geral de Depósitos, S.A.	182.929	213.568
- Outros	215.134	228.429
Publicidade	59.955	106.950
Rendas e alugueres	39.991	76.176
Honorários	46.519	35.408
Comunicação	13.976	19.153
Deslocações e estadas	3.926	4.587
Electricidade e água	6.318	11.659
Limpeza, higiene e vigilância	6.235	9.824
Seguros	2.642	2.353
Outros	26.998	27.946
	-----	-----
	1.651.102	1.979.770
	=====	=====

As remunerações pagas à Caixa Geral de Depósitos, S.A. referem-se aos salários de colaboradores desta entidade que se encontram a desempenhar funções na CGD Pensões (Nota 7).

Até 31 de Março de 2008, a Sociedade tinha um contrato de consultoria em matéria de investimentos com a Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A., mediante o qual a Sociedade pagava uma remuneração pelo aconselhamento sobre a composição das carteiras de valores mobiliários dos Fundos. A partir de 1 de Abril de 2008, a Sociedade celebrou um contrato com essa entidade, para gestão da totalidade dos activos que integram as carteiras sob gestão, assim como a prestação de serviços de back office, controlo de risco e avaliação de performance.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Trabalhos especializados - Outros” inclui essencialmente, serviços de consultoria, auditoria e revisor oficial de contas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)54. FUNDOS DE PENSÕES GERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica refere-se aos valores patrimoniais dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade, apresentando a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Fundo CGD	1.332.367.900	1.137.180.864
Fundo Petrogal	308.471.938	-
Fundo Finibanco	81.408.991	69.135.460
Fundo Império – Bonança	66.377.422	62.453.951
Fundo Caixa Reforma Activa	63.551.979	81.450.058
Fundo SCML	62.203.023	65.132.062
Fundo Fidelidade	60.618.694	56.250.544
Fundo Caixa Reforma Prudente	28.957.369	11.810.161
Fundo Mundial – Confiança	25.362.748	23.559.816
Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	11.249.390	11.553.393
Fundo Galp Energia	12.300.338	10.527.684
Fundo Gestnave	9.719.792	11.695.489
Fundo Caixa Reforma Valor	8.325.368	7.133.933
Fundo CMVM	6.817.395	5.922.148
Fundo Euronext Lisbon	6.471.778	6.120.353
Fundo Sojornal e Associadas	5.516.095	6.030.641
Fundo INE	3.925.472	3.566.329
Fundo Caixa BI	3.521.792	2.988.794
Fundo Interbolsa	2.239.223	1.943.421
Fundo CPR	653.335	667.285
Fundo Caixa Leasing e Factoring	-	2.469.804
	-----	-----
	2.100.060.042	1.577.592.190
	=====	=====

O Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Garantida 2022 (“Fundo”) foi constituído em 19 de Março de 2007, por tempo indeterminado, tendo como objectivo garantir o financiamento de Planos de Pensões.

Nos termos do regulamento de gestão do Fundo, no dia 21 de Março de 2022, este garante aos Participantes, para todas as subscrições realizadas de 19 de Março de 2007 a 31 de Março de 2007 inclusive e para as subscrições ocorridas entre 1 de Dezembro de 2008 e 29 de Dezembro de 2008 inclusive, o capital inicialmente investido, acrescido de uma rentabilidade mínima de 30% sobre o valor de cotação base de 5 Euros, a qual pode ainda ser acrescida em 50% da maior valorização acumulada, apurada no dia 19 de Março de cada ano, do índice accionista DJ Eurostoxx 50, desde a data de constituição do Fundo até essa data.

Para cobertura das responsabilidades decorrentes das subscrições, o Fundo celebrou contratos de venda a prazo com a Sucursal de Londres da CGD, mediante os quais, a 21 de Março de 2022, o Fundo entrega à Sucursal de Londres da CGD os seus activos, representados por *strips* de obrigações do tesouro espanhol, belga, francês e italiano e recebe um montante equivalente ao capital investido inicialmente, acrescido da rentabilidade garantida aos Participantes.

Adicionalmente, nos termos do regulamento de gestão, caso se venha a revelar necessário, a Sociedade Gestora procederá à aquisição de unidades de participação a favor dos Participantes em causa, no montante que permita igualar o valor garantido em 21 de Março de 2022.

Nos termos previstos na legislação em vigor, é possível aos Participantes subscrever ou solicitar o reembolso das unidades de participação do Fundo, para além do período do subscrição inicial. Nestas circunstâncias, poderão ser cobradas comissões de subscrição ou reembolso até uma percentagem máxima de 10% sobre o valor de subscrição ou de reembolso, revertendo a favor da Sociedade Gestora.

A garantia de rentabilidade relativa às contribuições realizadas entre 19 de Março de 2007 e 31 de Março de 2007 inclusive e entre 1 de Dezembro de 2008 e 29 de Dezembro de 2008 inclusive não se aplica às contribuições realizadas noutras datas.

A partir de 21 de Março de 2022, nos termos do regulamento de gestão, a política de investimento do Fundo será alterada, podendo incluir obrigações de taxa fixa e de taxa variável, acções, imobiliário, investimentos alternativos, produtos derivados e instrumentos do mercado monetário para gestão de tesouraria com prazo de vencimento inferior a 12 meses.

55. RESPONSABILIDADE COM PENSÕES

A Sociedade subscreveu um plano de pensões que se consubstancia num plano de contribuição definida, independente da Segurança Social, tendo como objectivo o pagamento de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como pensões de sobrevivência imediata. Este benefício para os colaboradores / participantes da Sociedade traduz-se numa pensão resultante da aquisição de um seguro de renda vitalícia imediata, à data da reforma com o saldo então existente na sua conta individual.

Este plano abrange os colaboradores da Sociedade que se encontravam em funções à data do contrato, bem como aqueles admitidos em data posterior que tenham completado um mínimo de dez anos consecutivos ao serviço da Sociedade, contados a partir da data da respectiva admissão. A idade normal de reforma coincide com a data em que o participante adquire o direito a uma pensão da segurança social por velhice.

A remuneração para efeitos de apuramento das contribuições é composta pelo vencimento base, acrescida dos subsídios de isenção de horário de trabalho e de disponibilidade e de outras remunerações auferidas a título regular. Como tempo de serviço é considerado o número de anos completos e consecutivos ao serviço da Sociedade.

O financiamento do plano de pensões fica totalmente a cargo da Sociedade, através da contribuição inicial e das contribuições trimestrais. A contribuição inicial a favor de cada participante foi calculada da seguinte forma:

$$2\% * N * \text{remuneração mensal} * 12$$

N corresponde ao tempo de serviço.

A contribuição trimestral é calculada da seguinte forma:

$$2\% * \text{remuneração mensal} * 3$$

A Sociedade poderá ainda, sempre que entender, efectuar contribuições extraordinárias.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Sociedade reconheceu em "Custos com o pessoal" os seguintes montantes (Nota 43):

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Primeiro ao terceiro trimestres	3.084	2.640
Quarto trimestre (Nota 52)	917	724
	-----	-----
	4.001	3.364
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as contribuições tinham sido investidas em unidades de participação do Fundo Caixa Reforma Valor, do Fundo Caixa Reforma Activa e do Fundo Caixa Reforma Prudente, com o seguinte detalhe:

	Número de unidades de participação		Valor de mercado	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Fundo Caixa Reforma Valor	4.213	3.525	20.670	16.081
Fundo Caixa Reforma Activa	447	379	5.071	4.299
Fundo Caixa Reforma Prudente	15	-	76	-
	-----	-----	-----	-----
	4.675	3.904	25.817	20.380
	=====	=====	=====	=====

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Accionista da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da Sociedade ao longo do exercício em apreço, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2009 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, sem reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 11 de Fevereiro de 2010



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade inserida no Grupo Caixa Geral de Depósitos), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 que evidencia um total de 6.543.612 Euros e capitais próprios de 5.868.545 Euros, incluindo um resultado líquido de 735.820 Euros, a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 11 de Fevereiro de 2010


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

As prioridades estratégicas definidas pelo accionista para o triénio 2008/2010 são as seguintes:

- Consolidação do crescimento rentável, através da captação de produtos de valor acrescentado, da obtenção de uma posição de liderança de mercado e da aposta na qualidade das soluções financeiras apresentadas;
- Aumento do contributo para o Grupo, através do aumento do comissionamento, e do controlo dos custos de funcionamento;
- Crescer com riscos controlados, através de um modelo de gestão assente na minoração de riscos. Implementação do projecto ROCI (para controlo e monitorização do risco operacional e controlo interno), investimento em tecnologias de informação que permitam melhorar a capacidade de gestão e controlo de risco dos investimentos, e captação de talentos em recursos humanos em áreas consideradas prioritárias.

MISSÃO, OBJECTIVOS E POLITICAS

A CGD Pensões pretende ser reconhecida pelos clientes (internos e externos) como a sua primeira escolha de fornecedor de serviços de gestão de fundos de pensões. Para o triénio 2008-2010, a CGD Pensões tem os seguintes objectivos:

- Tornar a administração de fundos de pensões mais eficiente, indo de encontro às aspirações dos clientes;
- Adequar as propostas de valor de gestão de investimentos à oferta de produtos e serviços;
- Dotar-se das capacidades de informação, de tecnologia e de controlo e gestão de risco requeridas para a sua actividade;
- Implementar uma política de recursos humanos centrada no conhecimento, comunicação e avaliação de desempenho.

Para alcançar estes objectivos, a CGD Pensões considera críticos os seguintes factores:

- Concretizar as aspirações financeiras dos **clientes** e proporcionar-lhes performance de investimento com valor acrescentado, face aos seus requisitos de rendibilidade e risco, de forma consistente ao longo do tempo.
- Captar as melhores **pessoas** no mercado de trabalho e proporcionar aos seus colaboradores **meios** e ferramentas de trabalho que permitam a excelência nas suas funções.

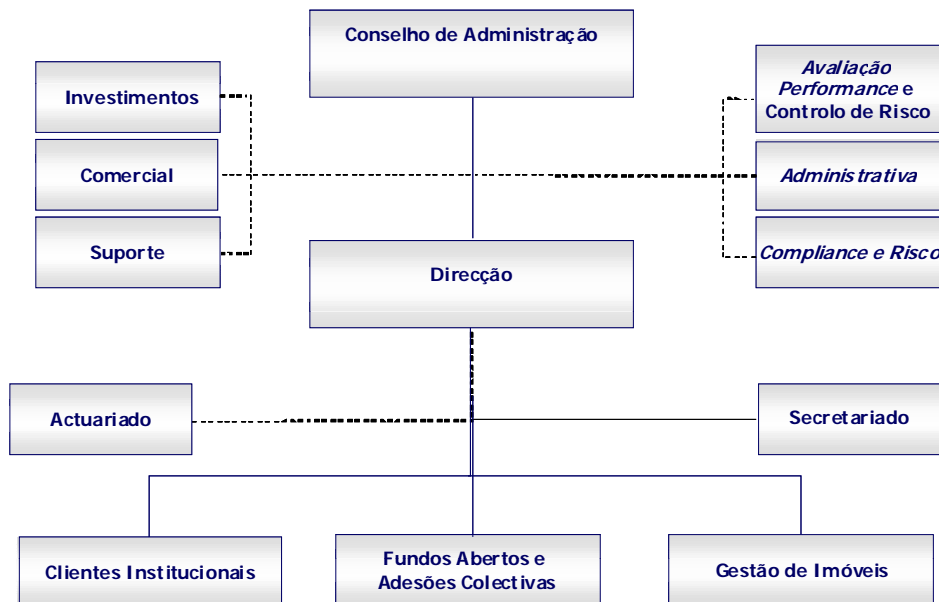
- Desenvolver a sua actividade em estreita **cooperação com a CGD**, que acumula papéis de accionista, cliente e comercializador dos serviços e produtos.

PLANO DE ACTIVIDADES

Anualmente é realizada uma reunião entre o Conselho de Administração e os quadros onde são apresentados os relatórios de cumprimento dos objectivos e o plano de actividades anual.

ORGANIZAÇÃO INTERNA

A CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é detida na totalidade pela Holding Caixa Gestão de Activos, SGPS, SA, a qual é detida a 100% pela Caixa Geral de Depósitos, SA. O accionista único da Caixa Geral de Depósitos é o Estado Português. A Sociedade dispõe de uma organização que assegura um adequado nível de funcionamento e define responsabilidades e hierarquias. Esta estrutura contempla a segregação de funções, assente na separação entre as diferentes funções existentes:



Com a integração na holding, a sociedade gestora veio beneficiar da potenciação dos vastos recursos técnicos e humanos afectos à gestão de activos, mediante o aproveitamento de estruturas comuns às várias empresas da holding. Assim, a CGD Pensões, através da subcontratação de serviços, passou a utilizar as equipas integradas transversais a toda a gestão de activos: Função Investimento (Direcção

de Investimento Directo – DID, e Direcção Soluções de Investimento - DSI); Função Administrativa (Direcção Administrativa e Financeira - DAF); Função Comercial (Direcção de Negócio e Inovação - DNI); Função Compliance e de Risco (Direcção de Supervisão e Controlo - DSC), Função de Suporte (Direcção de Recursos Humanos – DRH, e Meios e Direcção de Informação e Tecnologia - DIT); Função Avaliação de Performance e Controlo de Risco assegurada pela DGR – Direcção de Gestão de Risco - estrutura da Caixa Geral de Depósitos formalmente independente da holding da gestão de activos.

Em termos da função actuarial, a CGD Pensões também subcontratou os serviços a três entidades externas, dispondo, actualmente, de três actuários responsáveis.

Na CGD Pensões são, directamente, asseguradas todas as funções conducentes à constituição/alteração/extinção de fundos de pensões, à celebração de adesões colectivas e adesões individuais, à prestação de informação e à gestão do investimento imobiliário directo e indirecto. A CGD Pensões é composta por 8 elementos, sendo a responsável a Dr.^a Marta Magalhães.

INFORMAÇÃO SOBRE OS ÓRGÃOS SOCIAIS

Órgãos Sociais – triénio 2007/2009

A **Mesa da Assembleia Geral** é composta pelos seguintes membros:

Presidente Dr. José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

Secretário Dr. Hernâni da Costa Loureiro

Secretário Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

A composição do **Conselho de Administração** para o mandato actual (triénio 2007/2009) é a seguinte:

Presidente Dr. João Eduardo de Noronha Gamito de Faria

Vice-Presidente Dr. Henrique Pereira Melo

Vogal Dr. António Francisco Araújo Pontes

Vogal Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

Vogal Dr. António Manuel Gutierrez Caseiro

O **Fiscal Único** é a Deloitte & Associados, SROC, representada pela Dr.^a Maria Augusta Cardador Francisco e o suplente o Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro.

A composição da **Comissão de Vencimentos** é a seguinte:

Membro Dr. Vitor José Lilaia da Silva

Membro Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

INFORMAÇÃO SOBRE OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Eduardo de Noronha Gamito de Faria

Primeira designação para o cargo de presidente do Conselho de Administração em 27/12/2002. O mandato actual diz respeito ao triénio 2007/2009.

Licenciado em Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.

Membro do Conselho de Administração da Caixa Seguros (desde 2008). Presidente da Comissão Executiva (C.E.O.) da Caixa Gestão de Activos (desde 2001) e em consequência, presidente do Conselho de Administração da Caixagest, da Fundimo, SGFII e da CGD Pensões, SGFP.

Administrador (C.F.O) da área seguradora do Grupo Fidelidade Mundial (2000-2008) e da Império Bonança (2005-2008). Membro do Conselho de Administração da Mundial-Confiança (desde 1995). Membro do Conselho de Administração da IPE Capital. Presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (1989-1994). Membro do Conselho de Administração da Fundação de Oeiras (1986-1989)

Data de nascimento: 21 de Fevereiro de 1955.

Henrique Pereira Melo

Primeira designação para o cargo de vice-presidente do Conselho de Administração em 01/06/2006. O mandato actual diz respeito ao triénio 2007/2009.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Membro do Conselho de Administração da Sogrup - Serviços Administrativos. Vogal da Comissão de Vencimentos do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa - Banco de Investimento, da Caixa - Gestão

de Activos, da Caixa Capital, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, da Fundimo, da Império Bonança e da Sogrupos SI. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos desde 1977.

Data de nascimento: 23 de Outubro de 1946

António Francisco Araújo Pontes

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 8/1/2003. O mandato actual diz respeito ao triénio 2007/2009.

Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Pós-graduado em Economia Europeia.

Vice-Presidente da Comissão Executiva da Caixa Gestão de Activos e do Conselho de Administração da Fundimo (desde 2009). Membro do Conselho de Administração da Caixagest (desde 2004), da CGD Pensões (desde 2003), da Caixa Patrimónios (2001-2003) e da Caixa Gestão de Activos (desde 2000). Membro do Conselho de Administração da Investil, SGFIM (1991-2001). Director Central do Banco Nacional Ultramarino (1989-2001). Membro do Conselho de Administração da Sogest, SGPS (1987-1989). Responsável pelo escritório de representação do BNU em Hong-Kong (1986-1989). Membro do Conselho de Administração da Sofidema - Sociedade Financeira para o Desenvolvimento de Macau (1984-1989). Director Financeiro do Banco Nacional Ultramarino - Macau (1983-1989). Técnico do Departamento de Estrangeiro do Banco de Portugal (1980-1983).

Data de nascimento: 6 de Setembro de 1949

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 22/3/2004. O mandato actual diz respeito ao triénio 2007/2009.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Pós-Graduado em Mercados e Activos Financeiros pelo Centro de Investigação de Mercados e Activos Financeiros do ISCTE.

Membro do Conselho de Administração da Caixagest, da Fundimo e da CGD Pensões (desde 2002). Director de Gestão de Activos do Barclays Bank, em Lisboa. Membro do Conselho de Administração da Mello Activos Financeiros, SGFIM e da Mello Activos Financeiros SGP. Director de Investimento da AF Investimentos, SGFIM. Director de Investimento da Tottafundos, SGFIM. Director de Research da Caixagest. Analista Financeiro, Gestor de Fundos de Acções e Subdirector da Área de

Investimento, na Gestifundo, SGFIM.

Data de Nascimento: 20 de Maio de 1965

Dr. António Manuel Gutierrez Caseiro

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 11/7/2007. O mandato actual diz respeito ao triénio 2007/2009.

Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa.

Director Central da Direcção de Contabilidade, Consolidação e Informação Financeira (desde 2007) e da Direcção de Planeamento, orçamento e Controlo de Gestão (desde 2004). Colaborador da CGD desde 2000.

Data de Nascimento: 14 de Janeiro de 1955

REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Durante o exercício de 2009 o Conselho de Administração teve 5 reuniões

INFORMAÇÃO SOBRE OS MEMBROS DOS RESTANTES ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

Primeira designação para o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral em 27/10/2004. O mandato actual diz respeito ao triénio 2007/2009.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.

Membro do Conselho de Administração da Fidelidade e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Banco de Investimento (desde 2008). Membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos (2000-2007). Director no Banco de Portugal (1990-2000).

Data de Nascimento: 16 de Outubro de 1958

Hernâni da Costa Loureiro

Primeira designação para o cargo de Vice Presidente da Mesa da Assembleia Geral em 22/3/2001. O mandato actual diz respeito ao triénio 2007/2009.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Consultor Jurídico da Associação Portuguesa de Bancos (desde 2006). Director na Caixa Geral de Depósitos (1986 -2005).

Data de Nascimento: 28 de Dezembro de 1944

Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Primeira designação para o cargo de Secretário da Mesa da Assembleia Geral em 22/3/2001. O mandato actual diz respeito ao triénio 2007/2009.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa. Pós-graduado em Direito e Gestão de Empresas pela Nova Fórum da Universidade Nova de Lisboa.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixanet, Caixatec, Fundimo, Gestinsua, Imocaixanjimo e Vale do Lobo). Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Participações, Gerbanca, Locarent, Parbanca e Sogrupos IV GI. Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Caixa BI, Caixagest, Cares, Cares RH, CGD Pensões, Sogrupos SA e da Sogrupos SI. Membro do Conselho de Administração da Bandeirantes SGPS e da Wolfpart SGPS. Membro da Comissão de Vencimentos da Imocaixa, Multicare, Sogrupos SA e Sogrupos IV GI. Vogal da Comissão liquidatária da Caixaweb e da Culturgest. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1980). Exerce advocacia em regime de profissão liberal (deste 1981).

Data de nascimento: 28 de Janeiro de 1952

Fiscal ÚnicoDeloitte & Associados, SROC, representada pela Dr.ª Maria Augusta Cardador Francisco

Primeira designação para o cargo de Fiscal Único em 22/3/2001. O mandato actual diz respeito ao triénio 2007/2009.

Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Revisora Oficial de Contas desde 1986.

É directora desde 1990 e sócia desde 1996 da entidade que veio dar lugar à Deloitte & Associados SROC. Exerce a actividade de auditoria, essencialmente em bancos, companhias de seguros e outras

entidades financeiras, nomeadamente, gestoras de fundos e sociedades gestoras de participações sociais do grupo CGD e de outros grupos financeiros portugueses.

INFORMAÇÃO SOBRE AS COMISSÕES ESPECIALIZADAS

A Comissão de Vencimentos nomeada pela Assembleia Geral para fixar as remunerações dos membros do Conselho de Administração da CGD Pensões tem a seguinte composição:

Victor José Lilaia da Silva

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 22/3/2004. O mandato actual diz respeito ao triénio 2007/2009.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso Avançado de Gestão Bancária no Instituto de Formação Bancária.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral dos Hospitais Privados de Portugal SGPS, HPP Centro, HPP Norte, Sogrupos - Serviços Administrativos, Sogrupos - Sistemas de Informação, Sogrupos IV - Gestão de Imóveis. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Seguros e Saúde SGPS. Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Promotora SCR, do Banco Comercial Atlântico, da Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde. Membro do Conselho de Administração da Bandeirantes, SGPS, da Caixa - Participações, SGPS, da Caixa Geral de Depósitos - offshore de Macau, da Floresta Atlântica, SGFII, da Gerbanca, SGPS, da Imocaixa - Gestão Imobiliária, da Parbanca, SGPS (Zona Franca da Madeira) e da Parcaixa, SGPS. Vogal da Comissão Liquidatária da Caixaweb, SGPS e da Culturgest. Vogal suplente do Conselho Fiscal do Banco Interatlântico. Presidente da Comissão de Vencimentos da Esegur. Vogal da Comissão de Vencimentos do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa - Banco de Investimento, da Caixa - Gestão de Activos, da Caixa Capital, da Caixa Leasing e Factoring, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Caixatec, da CGD Pensões, da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, da Fundimo, da Imocaixa, da Império Bonança, Locarent, Margueira, Multicare, Sogrupos SA, Sogrupos SI, do Sogrupos IV - Gestão De Imóveis e do Tagusparque. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1979).

Data de nascimento: 23 de Agosto de 1955

Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 30/3/2007. O mandato actual diz respeito ao triénio 2007/2009.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Pós-Graduação em Marketing pelo Instituto de Formação bancária.

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Bandeirantes, SGPS. Presidente Conselho de Administração da HPP International Ireland Limited, da HPP International-Lux, SARL. Membro do Conselho de Administração da Caixa - Participações SGPS. Vogal (Suplente) do Conselho Fiscal da Caixa - Banco de Investimento. Membro da Comissão de Vencimentos da Caixatec-Tecnologias de Comunicação. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1988).

Data de nascimento: 17 de Novembro de 1959

REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A Comissão de Vencimentos, em cumprimento do mandato que lhe foi atribuído pela Assembleia Geral, e tendo em consideração os objectivos definidos, delibera o valor das remunerações fixas dos administradores executivos e das variáveis de acordo com o desempenho económico da sociedade.

Os administradores da CGD Pensões não são remunerados pela sociedade:

- João Eduardo Noronha Gamito Faria (Presidente) Vidé nota (2)
- Henrique Pereira Melo (Vice-Presidente) Vidé nota (1)
- António Francisco Araújo Pontes (Vogal) Vidé notas (2) e (4)
- Luís Miguel Saraiva Martins (Vogal) Vidé nota (2)
- António Manuel Gutierrez Caseiro (Vogal) Vidé nota (1)

NOTAS:

(1) - Os Administradores que não são membros da Comissão Executiva da Caixa Gestão de Activos, não auferem qualquer tipo de remuneração ou compensação de despesas, através da empresa.

(2) - Estes Administradores desempenham igualmente funções de Administrador na Fundimo e na Caixagest, tendo sido suportados por esta última empresa os custos com remunerações fixas, com remunerações variáveis e os custos suportados com o regime de previdência.

(3) - Despesas de representação - os Administradores membros da Comissão Executiva não auferem qualquer rendimento a título de despesas de representação. Os custos com despesas de representação, são custos devidamente documentados da empresa expressamente autorizados por outro Administrador.

(4) - Viaturas e telefone - os Administradores Executivos dispõem de automóvel e de telefone no

regime de afectação pessoal, tal como previsto em regulamento interno, consistente com o aprovado para os quadros do Grupo CGD. No exercício de 2009, esses custos atingiram o valor global de 11.036,81€ (viatura 10.532,99€ e telemóvel 503,82€)

INDICAÇÃO DAS PESSOAS E DAS ENTIDADES ENCARREGADAS DA AUDITORIA EXTERNA

Não aplicável

REMUNERAÇÃO DO ROC E DOS AUDITORES

Os custos relativos à remuneração dos serviços de revisão oficial de contas da CGD Pensões no exercício de 2009 foram de 8.094 euros. O Fiscal Único não foi remunerado no exercício de 2009 pelas suas funções de fiscalização.

REGULAMENTOS INTERNOS

Encontra-se em curso a redacção do **código de conduta**, à semelhança do que acontece nas outras empresas pertencentes à Caixa Gestão de Activos, código este em que são estabelecidas as regras e os princípios de conduta profissional a serem observados na CGD Pensões no exercício da sua actividade.

O Código vincula os colaboradores e será divulgado, nomeadamente, através do sítio da internet da sociedade. Até ao final do primeiro semestre de 2010, o código de conduta será aprovado pelo Conselho de Administração e divulgado aos colaboradores.

CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

A CGD Pensões dispõe de um Sistema de Controlo Interno que assegura o cumprimento da legislação e regulamentação.

PROVEDOR DO CLIENTE

O provedor do cliente para os participantes de adesões individuais a Fundos de Pensões abertos é o Dr. Francisco Medeiros Cordeiro, sendo nomeado pela APFIPP em nome das suas associadas.

SISTEMA DE CONTROLO DE PROTECÇÃO DOS INVESTIMENTOS DA EMPRESA

A CGD Pensões tem assegurado um adequado sistema de gestão dos principais riscos a que os fundos estão sujeitos, através do acompanhamento contínuo da evolução da performance e de indicadores de risco. A Unidade de Controlo de Risco e Análise de Performance (UCR) que depende da DGR – CGD é responsável pela análise dos resultados obtidos nas diferentes carteiras dos fundos em termos de rentabilidade e de risco, comparando-os com os objectivos de investimento.